

Conforme alguns autores que têm enfocado contemporaneamente as questões da biopolítica, tais como Paul Rabinow e Nikolas Rose, é fundamental entender como certas tecnologias de governo têm produzido novas subjetividades (de cidadão, de família e etc.). Bem como, apontam como o campo da biopolítica envolve formas particulares de conhecimento, regimes de verdades e práticas de intervenção. Assim, propomos seguir esta linha de análise elegendo como universo empírico um movimento que envolve a reparação de danos a portadores de hanseníase internados compulsoriamente em hospitais-colônia, isto é, pessoas que consideram que seus direitos fundamentais foram violados pelo próprio Estado brasileiro. Desta maneira, propomos usar técnicas etnográficas, tais como observação de campo, pesquisa em documentos e entrevistas com atores que compõem esse contexto no estado do Rio Grande do Sul.

Desde 1981, com o intuito de organizar nacionalmente as demandas perante o Estado, existe o Movimento de Reintegração das pessoas atingidas pela Hanseníase (Morhan). Nesse contexto, cabe enfatizar que, em 2007, foi regulamentada a Medida Provisória nº 373 que estipula o direito aos ex-internados de receber uma pensão mensal vitalícia. Atualmente o Morhan busca ampliar tal benefício para os filhos que sofreram “alienação parental” quando seus pais foram internados. Muitos destes filhos foram colocados em famílias adotivas ou orfanatos e perderam o contato com suas famílias originais. Assim, o movimento estabeleceu um protocolo de colaboração com o Instituto Nacional de Genética Médica Populacional (INaGeMP) que tem como objetivo averiguar, a partir de análises de DNA, vínculos de parentesco que dariam acesso a esse benefício futuramente.

Nesta fase preliminar de pesquisa, partimos da hipótese de que a interação entre os diversos atores envolvidos - os ativistas e outros associados do Morhan, o INaGeMP e as diferentes instâncias do Estado – produzem novas subjetividades de cidadão, família e sujeitos de direitos. Através da pesquisa etnográfica, recorrendo às narrativas das pessoas, queremos, em particular, pensar como essas novas formas de intervenção conectam as esferas do passado, do presente e do futuro em um projeto político – provocando rearranjos na maneira em que as pessoas se identificam e se percebem como membros da coletividade.